



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**  
**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**WILER DE PAULA DIAS**

**GOVERNANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO DA  
BAHIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MUNIC 2018**

Cachoeira – BA

2020

**WILER DE PAULA DIAS**

**GOVERNANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO DA  
BAHIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MUNIC 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Doraliza A. Abranches Monteiro.

Cachoeira – BA

2020

**WILER DE PAULA DIAS**

**GOVERNANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO DA BAHIA:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DO MUNIC 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

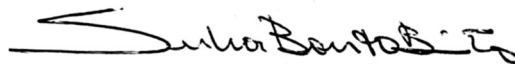
Aprovado em 14 de dezembro de 2020.



**Daniela Abreu Matos**

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais

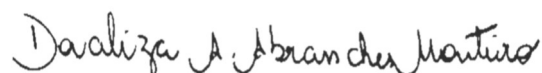
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



**Siélia Barreto Brito**

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



**Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro**

Professora Orientadora

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## AGRADECIMENTOS

Cá estou eu, agradeço a Olódùmarè, a Logun Edé e todos os Òrìṣàs que sempre estiveram comigo desde o ventre. A batalha é grande, mas com fé, nada é impossível!

Agradeço imensamente a minha mãe (Michelle) por todo suporte, amor, carinho, puxões de orelha, orientações e principalmente pela liberdade e confiança que sempre foi dada, você é a dona do meu amor incondicional.

A minha vó (Marta), por todos os mimos, o amor, as visitas e o companheirismo. Tenho a certeza de que não vou me aposentar, mas vamos viajar muito, curtir e conquistar tudo aquilo que sonhamos!

Aos meus irmãos, meu pai, meus padrinhos, minha mãedra, meus tios, primos e avós obrigado por todo apoio!

A Nonato Jr., eu não tenho palavras para descrever o quão sou feliz ao teu lado, obrigado por fazer parte da minha vida e acima de tudo gratidão por ser luz.

Ao CAGP, em especial a Caio por suportar todos as minhas inquietações. A Ícaro, Pedro, Gabriel, Álvaro, Nathy, Caíque, Russenaide, Rhalliete, Roque e Paulo por serem mega parceiros ao longo dessa jornada.

A Lys, a eterna gratidão por todos os incentivos diante de cada dificuldade. E por todo o amor, os conselhos, dicas e os dentes de raiva quando eu esquecia ou atrasava algum prazo. Ah, e as "porradas" nos seminários, o quão gratificante era refazer tudo na correria e apresentar de novo!

A Dora por ter sido uma segunda mãe, toda paciência, carinho, cumplicidade e disposição durante as aulas, orientações e estágios.

A Dido (Edgilson) por todos os momentos: projetos, caronas, amizade, reflexões e a inspiração de vida.

A Tallyta, intitulada minha sócia, melhor amiga, confidente, parceira e responsável por metade dos meus estresses e risos.

A Rodrigo, Jamile e Alessandra, sou grato pelo amor desde a recepção e por todas as aventuras que já vivemos, vocês são muito importantes!

A Família The Red pelos acolhimentos, compartilhamentos e festas; eu me sinto privilegiado de ter vocês próximos a mim.

Aos meus amigos-irmãos, Adriano e Welbert, responsáveis por meus boletins em Uber e boates, cobaias das minhas invenções culinárias: eu não sei o que seria sem todo apoio, amor, paciência, brigas e cumplicidade que nós temos!

À Beca, Ione, Rafael, Suane e Laelson e amigos de Cachoeira: gratidão por todos os risos e as melhores resenhas.

A toda equipe ITES/UFBA, obrigado pelo acolhimento e por me permitir momentos maravilhosos e de bastante reflexão ao lado de vocês.

Aos colegas do projeto, em especial a Alane, Nanda e Aninha gratidão eterna pelas melhores viagens com direito a altas emoções, experiências gastronômicas e resenhas de Abaré a Teixeira de Freitas, além de todo aprendizado que construímos juntos!

A todos os estudantes, espero que diante a atual conjuntura, nos unamos em prol de resistir a favor das Universidades Públicas!

Bom, é o início de uma nova jornada, e aqui atribuo a vocês todo esforço e amor que dediquei em produzir cada linha desse trabalho de conclusão.

“Não há coisa mais maior de grande que uma pessoa”

Gonzaguinha

DIAS, Wiler de Paula. Governança Pública nos municípios do Recôncavo da Bahia: uma análise do MUNIC 2018, 53 páginas. 2020. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2020.

## RESUMO

Nos últimos tempos têm se evidenciado ainda mais a importância dos municípios brasileiros no processo de formulação e implementação de políticas públicas, iniciado a partir do movimento de descentralização proposto pela Constituição Federal Brasileira de 1988. A gestão, transparência, *accountability* e participação social tem surgido progressivamente sob a égide da governança pública evidenciando a relação principal-agente e demais stakeholders na condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Fundamentado neste processo, este trabalho visa analisar as características da governança municipal no território do recôncavo da Bahia a partir das dimensões de gestão pública trazidas no MUNIC 2018 e informações do IBGE-Cidades. O estudo possui natureza descritiva-exploratória, com análise de dados secundários, a partir do MUNIC 2018 e do IBGE-Cidades. Espera-se que este estudo possibilite conhecer a governança municipal do recôncavo da Bahia e contribuir em possíveis ações na elaboração de políticas e no aprimoramento da gestão dos municípios estudados.

**Palavras-chave:** Governança Pública; Recôncavo; Bahia; Munic IBGE;

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Relação principal-agente em um modelo direto de interação .....	8
<b>Figura 2:</b> Divisão político-administrativa do Território de Identidade Recôncavo .....	12
<b>Figura 3:</b> Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – Bahia, TI Recôncavo e municípios do TI – 2000/2010 .....	15
<b>Figura 4:</b> Conselhos de Controle e Acompanhamento Social FUNDEB (2018) .....	22
<b>Figura 5:</b> Organismos de Gestão da Segurança Alimentar no TI Recôncavo (2018).....	30
<b>Figura 6:</b> Organismos de Gestão da Política para Mulheres no TI Recôncavo (2018).....	35



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Quadro conceitual de Governança.....	4
<b>Quadro 2:</b> Princípios da Boa Governança.....	7
<b>Quadro 3:</b> Dados, informações socioeconômicas e dimensões MUNIC.....	10
<b>Quadro 4:</b> Existência de PDM nos municípios do TI Recôncavo .....	19
<b>Quadro 5:</b> Conselhos municipais de cultura do TI Recôncavo .....	24
<b>Quadro 6:</b> Ações da PNSIPN do TI Recôncavo .....	25
<b>Quadro 7:</b> <i>Referenciamento da saúde na Atenção Primária do TI Recôncavo (2018)</i> .....	25
<b>Quadro 8:</b> Fundos municipais de Assistência Social no TI Recôncavo (2018).....	29
<b>Quadro 9:</b> Educação Alimentar e Nutricional no TI Recôncavo (2018).....	31
<b>Quadro 10:</b> Estudos acerca da inclusão produtiva e iniciativas de geração de trabalho, renda e qualificação de mão de obra no TI Recôncavo (2018).....	32
<b>Quadro 11:</b> Plano Municipal de Proteção a Primeira Infância no TI Recôncavo (2018).....	36

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> População Estimada, IDH, PIB e Renda per capita do TI Recôncavo .....	13
<b>Tabela 2:</b> Relação total de servidores x número de servidores com ensino superior. ....	16
<b>Tabela 3:</b> Panorama da Educação no TI Recôncavo (2018).....	20
<b>Tabela 4:</b> Dados de mortalidade infantil e estabelecimentos de saúde do TI Recôncavo ....	26

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFAC	International Federation of Accountants
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NPM	New Public Management
PDM	Plano Diretor Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Território de Identidade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	1
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	3
2.1 GOVERNANÇA PÚBLICA	3
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	10
3.1 NATUREZA DA PESQUISA E FONTE DE DADOS	10
3.2 ÁREA DE ESTUDO	11
<b>4. GOVERNANÇA PÚBLICA NO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO DA BAHIA</b>	13
4.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO DA BAHIA	13
4.2 DIMENSÃO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	16
4.3 DIMENSÃO LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	18
4.4 DIMENSÃO EDUCAÇÃO	19
4.5 DIMENSÃO CULTURA	22
4.6 DIMENSÃO SAÚDE	24
4.7 DIMENSÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL	28
4.8 DIMENSÃO SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	29
4.9 DIMENSÃO TRABALHO E INCLUSÃO PRODUTIVA	31
4.10 DIMENSÃO POLÍTICA PARA MULHERES	35
4.11 DIMENSÃO ENFRENTAMENTO AO SUB REGISTRO	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	38
<b>REFERÊNCIAS</b>	40

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o termo governança vem progressivamente ocupando o dia a dia das instituições públicas e privadas. Acerca do tema Governança implodem diferentes entendimentos do conceito e suas implicações práticas, uma vez que a ele foram atribuídos diferentes sentidos nas diferentes estruturas e formatos organizacionais.

Como apontam Buta e Teixeira (2020 p.380), este é um “conceito polissêmico e lastreado em diversas correntes teóricas e as definições adotadas tendem a ser variadas”. Destarte, Cavalcante e Pires (2018) afirmam que é comum verificar definições específicas de governança vinculadas ao tipo de organização em análise (governança pública, corporativa, global, sem fins lucrativos, etc.); a campos ou atividades (governança ambiental, da internet ou de tecnologia de informação); tal como um modelo particular (governança regulatória, participativa, multinível ou colaborativa).

Este trabalho foca na Governança Pública. Também com diversos entendimentos conceituais, a Governança Pública semeia o desenvolvimento de novas ações e concepções do serviço público, podendo ser compreendida como processos políticos de identificação de necessidades e construções de objetivos e/ou políticas (RIBEIRO, TANAKA E DENIS, 2017).

Dessa forma, o conceito de governança pública consiste na capacidade que o Estado possui em concretizar políticas e serviços prestados a sociedade de forma hábil e eficiente (FILGUEIRAS, 2018).

Colaborando, Ferreira (2018) afirma que a governança pública representa a capacidade do Gestor de implementar políticas públicas e propor ações que atinjam os objetivos comuns da sociedade e proporcionem uma maior participação do cidadão na elaboração das políticas e no processo de responsabilização dos agentes políticos.

Nessa conjuntura, a interação entre o Estado e a sociedade deve ser considerada no plano da gestão pública a fim de garantir mecanismos que amplifiquem a qualidade dos serviços públicos (FILGUEIRAS, 2018).

Conforme Ferreira (2018):

“Governança pública constitui-se num instrumento cujo objetivo é reduzir as incertezas no interior da Administração Pública, fornecendo a toda a sociedade uma razoável segurança de que os recursos e poderes delegados estão sendo geridos mediante ações e estratégias adequadas, buscando alcançar objetivos estabelecidos de modo transparente, em conformidade com os princípios da Administração Pública, com as leis e os regulamentos

aplicáveis, segundo o conjunto de instituições que exercitam a autoridade em um país, num processo onde são selecionadas, monitoradas e substituídas, aprimorando a capacidade de formular e implementar políticas sólidas, de forma eficaz e efetiva, em respeito aos cidadãos, pelo Estado e pelas instituições” (FERREIRA, 2018, p.98).

Com isso, a governança pública municipal demonstra potencial para uma ação conjunta entre diversos stakeholders de forma eficaz, transparente e compartilhada, tendo em vista a solução de problemas públicos (SILVA, ALCANTARA E PEREIRA, 2016).

Assim, este trabalho oferece uma análise da Governança Pública nos municípios do Recôncavo da Bahia tendo como base de dados e informações, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2018 e o IBGE Cidades, pretendendo dessa forma compreender o fenômeno de governança dos municípios do interior da Bahia. Dentre os objetivos específicos encontram – se: caracterizar os aspectos socioeconômicos e culturais dos municípios do Recôncavo da Bahia (nº municípios, IDHM, PIB, renda per capita, mercado de trabalho, dentre outros); analisar a existência de planos, conselhos municipais e identificar as organizações de articulação territorial; e descrever as dimensões da MUNIC 2018.

Para cumprir sua proposta, este estudo divide-se em quatro partes, sendo esta introdução a primeira, seguindo pela fundamentação teórica, onde é abordado o conceito de governança, os princípios e relações de governança pública.

Na terceira parte apresenta-se a caracterização do território e os procedimentos metodológicos utilizados para a formação deste trabalho e, por fim, na quarta parte, são apresentados os resultados e análises dos dados.

Espera-se, portanto, que os resultados possam auxiliar no processo de reflexão das organizações, vinculadas a implementação de políticas públicas, presentes no território, bem como aspectos que podem potencializar as ações governamentais e elaboração de políticas para o desenvolvimento dos municípios e do Território de Identidade do Recôncavo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 GOVERNANÇA PÚBLICA

A governança se revela no momento em que as organizações passaram a gerir suas propriedades e investimentos a distância, atribuindo a terceiros a autoridade e poder para administrar os recursos em questão (BRASIL, 2014). A origem do conceito remonta os estudos da teoria da agência, os quais analisam a separação entre as funções de propriedade e controle como forma de tornar a organização mais eficiente, melhorando a performance organizacional e o alinhamento de ações para trazer mais segurança aos proprietários (BUTA e TEIXEIRA, 2020).

A governança como conhecemos nos dias atuais surgiu com o movimento de acionistas nos Estados Unidos a partir dos anos 80, como forma de salvaguardar o investidor, melhorando o nível de informação, criando penalidades e proibição de várias práticas e manipulação de transações (ANDRADE e ANDRADE, 2012).

O conceito de governança é polissêmico, multidimensional e carregado de ambiguidades; nesse guarda-chuva implodem diversas percepções a fim de explicar o termo e dar aplicabilidade no cotidiano das instituições e da sociedade (BUTA e TEIXEIRA, 2020).

De acordo com o Banco Mundial, a governança é definida como o modo pelo qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais, tendo em vista o desenvolvimento (WORLD BANK, 1994 *apud* TEIXEIRA; GOMES, 2018).

Segundo Freitas et al (2018) a governança converge para uma espécie de sistema, conjunto de mecanismos ou estrutura de poder pela qual as corporações ou organizações são dirigidas, monitoradas ou controladas, e que, para tanto, deve especificar os direitos e as responsabilidades entre os diversos atores envolvidos na geração de valor. Corroborando com esse pensamento, Cavalcante e Pires, 2018 indicam que:

“[...] Governança vinha associada à busca por maior eficiência e assumia formas organizacionais específicas via redução do aparato administrativo do Estado, privatização, parcerias com organizações do terceiro setor e o desenvolvimento de competências de regulação e contratação. Em outro sentido, governança apontava para as experiências de participação, controle social e democratização da gestão pública, com apoio no intenso desenvolvimento de instituições participativas, como conselhos, orçamento participativo e conferências, que criavam formas de acesso e participação dos cidadãos nas decisões sobre políticas públicas e seu controle” (CAVALCANTE E PIRES, 2018. P. 06).

Por se tratar de um conceito vasto existem inúmeras perspectivas distintas acerca da definição de governança. Para ilustrar esse pluralismo o quadro 01 contempla algumas definições e autores acerca da temática:

**Quadro 1:** Quadro conceitual de Governança

<b>Autores</b>	<b>Definições de governança</b>
Bovaird e Loeffler (2003)	São as formas como as partes interessadas (stakeholders) interagem uns com os outros, a fim de influenciar os resultados das políticas públicas.
Ahmad (2005)	Tradições e instituições pelas quais a autoridade em um país é exercida. Isso inclui o procedimento pelo qual os governos são selecionados, monitorados, responsabilizados e substituídos; a capacidade do governo de formular e implementar políticas prudentes de forma eficaz, e o respeito dos cidadãos e o estado das instituições.
Farrington (2009)	Engloba tanto a participação cidadã no governo como a entrega de bens e serviços-chave pelos governos.
Secchi (2009)	Denota pluralismo, no sentido que diferentes atores têm (ou deveriam ter) o direito de influenciar a construção das políticas públicas. Tal definição implicitamente traduz-se em uma mudança do papel do Estado (menos hierárquico e menos monopolista) na solução de problemas públicos. Também significa um resgate da política dentro da Administração Pública, diminuindo, assim, a importância de critérios técnicos nos processos de decisão e um reforço de mecanismos participativos de deliberação na esfera pública.
Brasil (2011b)	Um sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre a sociedade, a alta administração, os servidores ou colaboradores e os órgãos de controle.
Fukuyama (2013)	Capacidade de um governo de fazer cumprir as leis, e entregar serviços, independentemente de esse governo ser democrático ou não.
Paines, Aguiar e Pinto (2018)	São mecanismos estabelecidos para o desenvolvimento de uma cultura gerencial, guiada pelos seguintes valores: eficiência, qualidade, transparência e prestação de contas ao cidadão-usuário.

**Fonte:** adaptado de BUTA e TEIXEIRA, 2020; TEIXEIRA e GOMES, 2018.

Teixeira e Gomes (2018) inferem que embora existam pluralidades conceituais sobre o que é e qual o papel efetivo da governança alguns autores corroboram que a dificuldade de conceituar a governança é relacionada aos diferentes tipos de organizações e stakeholders existentes.

No Brasil, o tema governança ganha maior destaque por volta da década de 1990, derivado da falência de companhias abertas e do fechamento de grandes bancos privados pelo Banco Central decorrente de inúmeros esquemas de fraude nos registros e padrões contábeis (OLIVEIRA e PISA, 2015).



As boas práticas de governança corporativa levantaram recomendações objetivas, com isso, as práticas da gestão privada repercutiram favoravelmente em outros setores, contribuindo para a discussão do tema da governança no setor público (OLIVEIRA e PISA, 2015).

Concomitantemente, no âmbito da Administração Pública internacional, tem-se as várias reformas propostas a partir do movimento da New Public Management – NPM, conhecida no Brasil como a Nova Gestão Pública, fortemente “abraçada” pela Reforma do Estado de 1995, proposta pelo Ministério Reforma do Estado (MARE), no Governo FHC. A ênfase era substituir o modelo burocrático e incorporar melhorias na qualidade dos serviços, implantando técnicas baseadas em princípios mercadológicos de eficiência, proporcionando mais transparência, integração e resultados com foco nos clientes/usuários. Com isso, surge também um movimento da administração pública conhecido como governança pública (SANTOS e ROVER, 2019).

Dias e Cario (2014) defendem que a governança pública é mais do que um recurso da administração pública, portanto, uma nova relação entre o Estado e a sociedade, fazendo com que esse conceito assumisse posição central de um modelo de reforma da gestão, sendo a governança pública:

[...] uma estratégia desenvolvimentista adotada na relação entre o Estado e a sociedade com vistas à construção do público, envolvendo o próprio público e buscando atender os interesses desse mesmo público. Em outras palavras, uma governança que se utiliza de processos mais democráticos para desenhar as soluções demandadas pela sociedade do século XXI (DIAS E CARIO, 2014, P. 93).

Para Buta e Teixeira (*apud* MAYNTZ, 2001) a governança moderna é tratada como uma nova forma de governar, mais participativa, em que atores públicos e privados cooperam para a formulação e aplicação das políticas públicas, dessa forma, a administração pública tem sido convocada a repensar a sua gestão de modo a reavaliar os seus processos e resultados.

No cenário brasileiro, destaca-se uma série de esforços para orientar e formalizar as estruturas de governança nas organizações do Executivo federal, como a lei das empresas estatais<sup>1</sup>, a lei das agências reguladoras<sup>2</sup> e o Decreto nº 9.203 de novembro/2017 (CAVALCANTE e PIRES, 2018).

---

<sup>1</sup> Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos.

<sup>2</sup> Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras no Brasil.

O Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; fixa os princípios para a governança no Brasil e define governança pública como um “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”. Com isso, a governança pública brasileira passa a ter como diretrizes:

I - direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;

II - promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico;

III - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;

IV - articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;

V - fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

VI - implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores;

VII - avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios;

VIII - manter processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade;

IX - editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico e realizando consultas públicas sempre que conveniente;

X - definir formalmente as funções, as competências e as responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais; e

XI - promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

Essas diretrizes ajudam a estabelecer a “boa governança”, expressão criada pelo Banco Mundial que sustenta estratégias de propagação das boas práticas de políticas públicas baseadas na disposição de instituições, ações e recursos necessários para o que deve ser um governo efetivo em um contexto democrático (CAVALCANTE e PIRES, 2018).

Teixeira e Gomes (2018), afirmam que para que se alcance a boa governança as instituições públicas devem fortalecer alguns aspectos essenciais, tais como: prestação de contas, transparência, resultados eficazes e eficientes, Estado de Direito e processos democráticos, além de salvaguardar os valores públicos. De acordo com

o *International Federation of Accountants* - IFAC (2013), a boa governança no setor público permite:

- a) garantir a entrega de benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cidadãos;
- b) garantir que a organização seja, e pareça, responsável para com os cidadãos;
- c) ter clareza acerca de quais são os produtos e serviços efetivamente prestados para cidadãos e usuários, e manter o foco nesse propósito;
- d) ser transparente, mantendo a sociedade informada acerca das decisões tomadas e dos riscos envolvidos;
- e) possuir e utilizar informações de qualidade e mecanismos robustos de apoio às tomadas de decisão;
- f) dialogar com e prestar contas à sociedade;
- g) garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados aos cidadãos;
- h) promover o desenvolvimento contínuo da liderança e dos colaboradores;
- i) definir claramente processos, papéis, responsabilidades e limites de poder e de autoridade;
- j) institucionalizar estruturas adequadas de governança;
- k) selecionar a liderança tendo por base aspectos como conhecimento, habilidades e atitudes (competências individuais);
- l) avaliar o desempenho e a conformidade da organização e da liderança, mantendo um balanceamento adequado entre eles;
- m) garantir a existência de um sistema efetivo de gestão de riscos;
- n) utilizar-se de controles internos para manter os riscos em níveis adequados e aceitáveis;
- o) controlar as finanças de forma atenta, robusta e responsável; e
- p) prover aos cidadãos dados e informações de qualidade (confiáveis, tempestivas, relevantes e compreensíveis).

Segundo Buta e Teixeira (2020), os desafios relacionados a boa governança não se restringem apenas a efetividade, accountability, transparência e legalidade, mas passam a abranger também condições de equidade, participação social, democracia, inclusão, respeito aos direitos humanos, entre outros. Nesse sentido, o quadro 02 ilustra as definições dos termos:

**Quadro 2:** Princípios da Boa Governança

<b>Princípio</b>	<b>Conceito</b>
<b>Transparência</b>	No exercício da governança, “fornecer aos cidadãos mais informações e acesso ao governo e seus processos de tomada de decisão contribui significativamente para uma maior abertura dentro da administração” (Organisation for Economic Co-Operation and Development [OECD], 2001, p. 73).
<b>Accountability</b>	Refere-se à obrigatoriedade do gestor público de prestar contas de suas decisões e ações à sociedade que lhe delegou o poder para tal, o que necessariamente implica reprimenda aos comportamentos que apresentarem desvios de conduta (Pisa, 2014).
<b>Participação</b>	A qualidade, pertinência e eficácia das políticas dependem da ampla participação em toda a cadeia política, desde a concepção até a implementação. O respaldo da participação promove a confiança, tanto no alcance do resultado final como nas instituições que criam as políticas (European Commission, 2001).

<b>Integridade/ética</b>	“Baseia-se na honestidade e na objetividade, além de elevados padrões de propriedade e probidade na administração dos recursos públicos e privados e na gestão dos assuntos de uma entidade. Depende da eficácia do quadro de controle e dos padrões pessoais e do profissionalismo dos indivíduos dentro da entidade. Reflete-se tanto nos procedimentos de tomada de decisão da entidade quanto na qualidade de seus relatórios financeiros e de desempenho (International Federation of Accountants” [IFAC], 2001, p.12).
<b>Conformidade legal</b>	Diz respeito ao cumprimento das leis e regulamentos prescritos para a administração pública, além de atender ao princípio da legalidade, o gestor deve fazê-lo com eficiência e eficácia, atendendo ao interesse público, ou seja, com efetividade (Pisa, 2014).
<b>Equidade</b>	O conceito de equidade está intimamente ligado ao conceito de justiça e pressupõe o tratamento desigual aos desiguais na busca pela igualdade, em um claro reconhecimento das desigualdades geradas na pólis (Aristóteles, 2002).
<b>Efetividade</b>	Refere-se aos impactos gerados pelos produtos/serviços, processos ou projetos. A efetividade está vinculada ao grau de satisfação ou, ainda, ao valor agregado (Pisa, 2014).

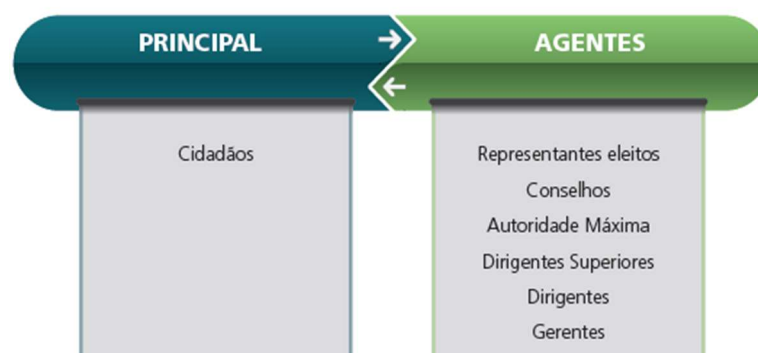
**Fonte:** SANTOS e ROVER (2019) adaptado de PISA (2014)

Nesse interim a boa governança seria, portanto, meios para que a governança seja realizada de forma íntegra, transparente e responsável, levando em conta os interesses da sociedade brasileira e das partes interessadas (TCU,2014).

Com isso, Silva, Alcântara e Pereira (2016) inferem que a governança pública, essencialmente nos municípios, demonstra potencial para uma ação conjunta entre diversos atores de forma eficaz, transparente e compartilhada, visando a solução de problemas públicos.

É nessa perspectiva que se encaixa a relação principal-agente, reforçando a ideia de que a governança seria uma trilha para proporcionar a aproximação entre cidadãos e gestores. A figura 01 demonstra o processo de interação direta da relação principal-agente:

**Figura 1:** Relação principal-agente em um modelo direto de interação



**Fonte:** TCU (2014)

Para compreender essa relação necessitamos retomar a Constituição Federal Brasileira de 1988 onde fica estabelecido que o “poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

No que tange a relação principal-agente, o documento referencial básico da governança no BRASIL (*apud* Dallari, 2005) acrescenta que, no contexto público, a sociedade é o “principal”, sendo a detentora do poder social e a responsável por exercê-lo de forma conjunta por meio de estruturas representativas, concomitantemente, os “agentes” são aqueles a quem foi atribuído a autoridade para administrar os ativos e recursos públicos. Nesse sentido, ambos (principal e agentes) podem se relacionar com os demais stakeholders a fim de proporcionar o desenvolvimento social.

Em suma, conforme o TCU (2014), a “governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados na prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão almejando à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Diante dessa perspectiva conceitual acerca das definições de governança pública busca-se sistematizar os resultados com base na forma como os atores se organizam, interagem e funcionam almejando na boa governança no TI Recôncavo, tendo como ator central o poder público municipal.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 NATUREZA DA PESQUISA E FONTE DE DADOS

Este trabalho é caracterizado quanto aos fins, como descritivo exploratório, sendo a coleta de dados desenvolvida a partir da análise dos dados secundários da base de dados da MUNIC 2018 e do IBGE-Cidades, produzido pelo IBGE.

De acordo com Gil (2008) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis e têm por objetivo estudar as características de um grupo. Complementarmente, as pesquisas exploratórias visam descobrir informações iniciais de uma realidade para que se possa formular hipóteses sobre ela (MUNARETTO et al, 2013).

No quadro abaixo é apresentado e sistematizado as informações e dados vinculados a cada uma das dimensões de Governança Pública abordada, a partir das dimensões definidas pela MUNIC-2018 e do IBGE-Cidades. Destaca-se a importância do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto Órgão sistematizador de dados e informações, importantes para o conhecimento e tomada de decisão no âmbito da Administração Pública brasileira, em seus diferentes níveis de Governo.

As dimensões escolhidas para análise da Governança foram: Administração pública; Legislação e instrumentos de planejamento; Educação; Cultura; Saúde; Assistência social; Segurança alimentar e nutricional; Trabalho e inclusão produtiva; Política para mulheres; Enfrentamento ao sub registro.

**Quadro 3:** Dados, informações socioeconômicas e dimensões MUNIC

<b>DADOS E INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICOS</b>	<b>DIMENSÕES DO MUNIC</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfil dos servidores;</li> <li>• Quantitativo de servidores da administração pública direta e indireta dos municípios do recôncavo</li> </ul>	Administração Pública
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de Plano Diretor Municipal</li> </ul>	Legislação e instrumentos de planejamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfil dos gestores;</li> <li>• Existência de planos municipais de educação;</li> <li>• Análise dos conselhos;</li> <li>• Taxa de escolarização, número de matrículas e IDEB;</li> </ul>	Educação
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfil dos gestores;</li> </ul>	Cultura

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de planos municipais de cultura;</li> <li>• Análise dos conselhos municipais de cultura;</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de planos municipais de saúde;</li> <li>• Análise dos estabelecimentos de saúde, referenciamento, as ações da PNSIPN;</li> <li>• Consórcios Públicos;</li> <li>• Taxa de mortalidade;</li> <li>• Análise dos conselhos municipais de saúde.</li> </ul>	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfil dos gestores;</li> <li>• Análise dos conselhos e fundos municipais de assistência.</li> </ul>	Assistência Social
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Características do órgão gestor;</li> <li>• Perfil dos gestores;</li> <li>• Análise dos conselhos municipais;</li> </ul>	Segurança Alimentar e Nutricional
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise das ações de qualificação profissional, inclusão produtiva, geração de emprego e renda, créditos e microcréditos;</li> </ul>	Trabalho e Inclusão Produtiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Características do órgão gestor</li> <li>• Perfil dos gestores;</li> <li>• Análise das ações de política para mulheres;</li> <li>• Análise dos conselhos municipais.</li> </ul>	Política para Mulheres
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do plano municipal de enfrentamento ao sub registro;</li> <li>• Análise dos conselhos municipais;</li> </ul>	Enfrentamento ao Sub registro

**Fonte:** Elaboração própria

### 3.2 ÁREA DE ESTUDO

O Território de Identidade Recôncavo está localizado em uma extensão territorial com características próprias, localizado na Mesorregião Metropolitana de Salvador, ocupa uma área de 4.570 km<sup>2</sup>, correspondendo a aproximadamente 0,8% do território do Estado da Bahia (SEI, 2016).

O TI atualmente é composto por dezenove municípios, como ilustrado na figura 02, sendo eles: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (SEI, 2016).

**Figura 2:** Divisão político-administrativa do Território de Identidade Recôncavo



**Fonte:** SEI (2016)

O povoamento do TI Recôncavo é consequência de um modelo colonizador que foi implantado no Brasil a partir da segunda metade do século XVI, e que teve como resultados a produção de gêneros tropicais para exportação (SEI, 2016).

A Bahia tornou-se um dos mais bem-sucedidos exemplos de exploração econômica, e o Recôncavo foi a região agrícola mais próspera, graças inicialmente à produção de açúcar e às atividades ligadas ao comércio (SOUSA, 2012).

Além desse processo, o TI Recôncavo ficou marcado como destaque no estado da Bahia por manter tradições culturais de matrizes africanas em todos os municípios do território e também pela sua importância na construção da história da Bahia através da intensa participação de seus habitantes nas lutas pela independência do estado contra o domínio português, em 1823 (SEI, 2016).

Nesse sentido, a análise da Governança Pública proposta neste estudo se dará para os 19 municípios que compõem este importante território, de relevância histórica regional e nacional.



## 4. GOVERNANÇA PÚBLICA NO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO DA BAHIA

### 4.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO DA BAHIA

O Recôncavo Baiano apresenta como suas características a forte representação histórico-cultural, pequenas extensões territoriais, proximidade entre as sedes municipais, médio índice de urbanização, elevado número de mulheres na composição demográfica, proeminência do setor terciário, mantendo um perfil socioeconômico similar entre os municípios (SEI, 2015). Abaixo é apresentado uma tabela com os dados referente aos municípios que compõe esse território:

**Tabela 1:** População Estimada, IDH, PIB e Renda per capita do TI Recôncavo

<b>Município</b>	<b>População estimada 2018</b>	<b>IDHM</b>	<b>Renda per capita (R\$)</b>	<b>PIB per capita (R\$)</b>
<b>Cabaceiras do Paraguaçu</b>	18.698	0,581	1.985,50	3.575,14
<b>Cachoeira</b>	33.861	0,647	2.090,00	7.727,96
<b>Castro Alves</b>	26.209	0,613	1.881,00	5.723,29
<b>Conceição do Almeida</b>	17.332	0,606	1.567,50	4.063,88
<b>Cruz das Almas</b>	62.871	0,699	2.926,00	8.659,09
<b>Dom Macedo Costa</b>	4.050	0,632	1.463,00	4.450,66
<b>Governador Mangabeira</b>	20.679	0,643	1.672,00	5.118,12
<b>Maragogipe</b>	44.555	0,621	2.508,00	4.615,54
<b>Muniz Ferreira</b>	7.399	0,617	1.567,50	3.966,33
<b>Muritiba</b>	29.387	0,660	1.672,00	5.486,45
<b>Nazaré</b>	28.451	0,641	1.776,50	5.661,80
<b>Salinas da Margarida</b>	15.463	0,617	1.672,00	5.938,81
<b>Santo Amaro</b>	59.512	0,646	2.090,00	7.589,97
<b>Santo Antônio de Jesus</b>	100.605	0,700	1.881,00	11.970,29
<b>São Félix</b>	14.717	0,639	1.881,00	6.770,67
<b>São Felipe</b>	21.069	0,616	1.881,00	5.100,91
<b>Sapeaçu</b>	17.387	0,614	1.463,00	6.301,53
<b>Saubara</b>	11.978	0,617	1.463,00	6.351,02
<b>Varzedo</b>	8.895	0,586	2.090,00	4.939,96

Fonte: MUNIC (2018); SEI (2017); IBGE Cidades (2010).

Em análise ao Censo Demográfico (2010), a população do Recôncavo da Bahia era de 576.672 habitantes, sendo 278.788 do sexo masculino e 297.884 do sexo feminino, ou seja, para cada 100 homens havia 106,8 mulheres. Em relação ao estrato de moradia, do total de habitantes do território, 69,2% residiam no meio urbano, e 30,8% no meio rural (IBGE, 2011).

Em 2018, segundo os dados da MUNIC, é possível notar uma alteração na população do TI Recôncavo que passa a ser 543.118 habitantes, representando então 3,9% da população total do estado da Bahia, e vale salientar que nesse sentido é possível observar que a população do território apresentou um declínio de 33.554 habitantes no período entre 2011 – 2018. Fator que pode ser explicado pela migração de pessoas em busca de posto de trabalho em outras regiões do estado e país.

Comparando-se a variação populacional e a classificação dos 19 municípios do território no ano de 2018 (Tabela 01), observa-se que houve um comportamento dissemelhantes entre eles. Os maiores níveis populacionais foram identificados em Santo Antônio de Jesus (100.605), Cruz das Almas (62.871) e Santo Amaro (59.512), entretanto, pode-se notar que alguns municípios apresentaram baixas populações, como Dom Macedo Costa (4.050), Muniz Ferreira (7.399) e Varzedo (8.895), caracterizando a diversidade populacional do território.

Nesse sentido, no território existem municípios de pequeno e médio porte, considerando o tamanho da população e a dinâmica econômica. Nove pequenos municípios possuem menos de 20 mil habitantes e caracterizam-se por apresentarem a renda per capita igual e/ou maior aos municípios de médio porte. Dez municípios são considerados de médio porte e absorvem entre 20 mil e 100 mil habitantes, destacando-se, entre eles, o município de Santo Antônio de Jesus no qual apresenta população e renda *per capita* mais elevadas em relação aos demais do grupo.

Contempla-se que o índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM no território do recôncavo varia em torno de baixo a alto<sup>3</sup> e a renda *per capita*<sup>4</sup> dos municípios varia de R\$1.463,00 a R\$2.926,00, sendo que no município de Cruz das Almas, o qual detêm a maior renda *per capita* do território, o percentual da população

---

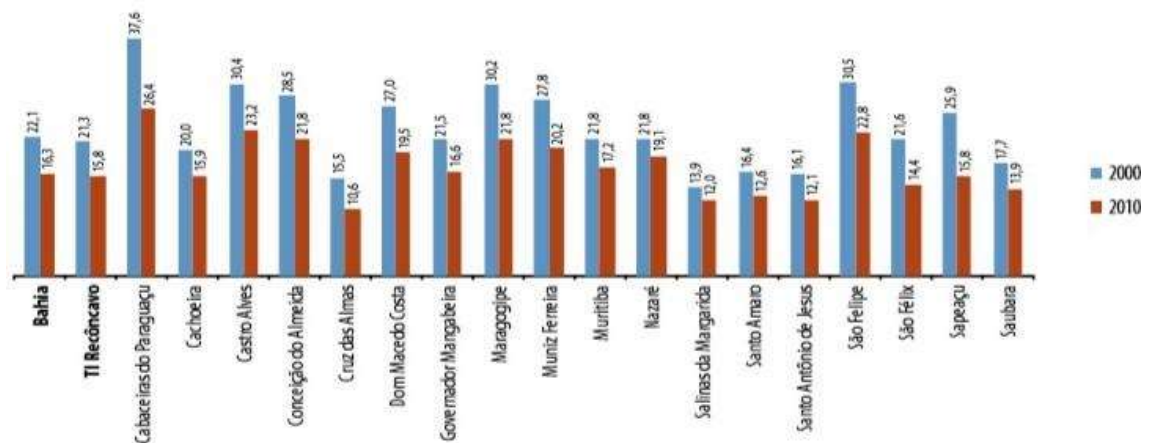
<sup>3</sup> O IDHM conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano (saúde, educação e renda), sendo composto por mais de 200 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal (PNUD; IPEA; FJP, 2013). O IDHM é um número que varia entre 0 e 1 e que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. Para maiores informações, consultar o documento: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729\\_AtlasPNUD\\_2013.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf)

<sup>4</sup> Renda *per capita* é um indicador socioeconômico que avalia o grau de desenvolvimento de uma região ou país. É medido através da divisão do Produto Interno Bruto – PIB pelo total de números de habitantes.

que vive com renda mensal de até ½ salário mínimo é de 41,4%, isso implica dizer que apesar da renda por habitante ser maior que os demais municípios isso se reflete apenas em parte da população.

Ao se analisar o nível de alfabetização do TI Recôncavo em comparação com o do estado da Bahia, para os anos de 2000 e 2010, verifica-se que houve uma tendência de queda na taxa de analfabetismo em todos os 19 municípios do Recôncavo (Figura 03).

**Figura 3:** Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – Bahia, TI Recôncavo e municípios do TI – 2000/2010



**Fonte:** Censo Demográfico SEI (2011).

Segundo BAHIA (2013), as dimensões material e imaterial do território estão vinculadas ao patrimônio arquitetônico, herança dos tempos áureos da cana-de-açúcar e do fumo, às comunidades de pesca, às festas populares envolvendo o samba de roda, à religiosidade, à criação de cursos universitários voltados para o fortalecimento e a profissionalização no que tange à produção cultural, dentre outros elementos, dado isso, ressalta-se que a atual estrutura econômica, social e espacial da economia baiana foi formada ao longo de mais de 450 anos, moldada pela transformação que o capitalismo brasileiro operou a partir de 1930, com o modelo de industrialização por substituição de importações (SEI, 2014).

Pensando nas perspectivas apresentadas insere-se a temática Governança Pública nos Municípios do Recôncavo da Bahia com base nas seguintes dimensões: Administração Pública, Legislação e Instrumentos de Planejamento, Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Sub Registro, Segurança Alimentar e Nutricional, Trabalho e Inclusão Produtiva, Gestão Migratória e Política para Mulheres.

## 4.2 DIMENSÃO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A dimensão administração pública traz o perfil e o quantitativo de servidores da administração pública direta e indireta dos municípios do recôncavo. Importante destacar que a análise acerca do perfil dos servidores possui relação com a capacidade de cada município tem em atender a demanda da população e efetuar a gestão municipal.

Isto porque é sabido que as administrações municipais são responsáveis por gerir serviços altamente complexos; são encarregados pela educação infantil, assistência e saúde básica e, nessa perspectiva, requerem uma maior capacidade institucional para formulação e execução de políticas públicas.

Cabe ressaltar que administração direta é a prestação de serviços públicos diretamente ligados ao Estado e órgãos referentes, no caso em análise aos municípios, destaca-se ainda que a administração direta possui autonomia, uma vez que seus orçamentos são subordinados às esferas das quais fazem parte. Por outro lado, a administração indireta é caracterizada pela descentralização e está ligada à criação de entidades administrativas que têm personalidade jurídica, como empresas, autarquias e fundações públicas.

Dentre os 19 municípios do Recôncavo da Bahia existem aproximadamente 21.220 funcionários públicos na administração direta (vinculados diretamente ao município) com diferentes tipos de vínculos, isto dá uma relação de aproximadamente 39 funcionários para cada 1.000 habitantes em todo o TI, sendo considerada baixa a quantidade de funcionários públicos municipais por habitantes presentes no território, o que caracteriza uma consonância com o cenário brasileiro, de acordo com a pesquisa acerca do funcionalismo público realizada pela FGV/DAAP.

É importante salientar que nos dados levantados a partir da MUNIC (2018) não foram identificados no território do Recôncavo da Bahia servidores da administração indireta vinculados aos municípios.

**Tabela 2:** Relação total de servidores x número de servidores com ensino superior.

MUNICÍPIO	TOTAL DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	TOTAL DE SERVIDORES COM NÍVEL SUPERIOR
<b>Cabaceiras do Paraguaçu</b>	749	198 (26,4%)
<b>Cachoeira</b>	1.113	359 (32,3%)
<b>Castro Alves</b>	1.164	418 (35,9%)
<b>Conceição do Almeida</b>	934	260 (27,8%)
<b>Cruz das Almas</b>	2.190	695 (31,7%)
<b>Dom Macedo Costa</b>	275	62 (22,6%)

<b>Governador Mangabeira</b>	960	261 (27,2%)
<b>Maragogipe</b>	1.573	111 (7,0%)
<b>Muniz Ferreira</b>	409	159 (38,9%)
<b>Muritiba</b>	1.204	216 (17,9%)
<b>Nazaré</b>	1.055	340 (32,2%)
<b>Salinas da Margarida</b>	748	233 (31,2%)
<b>Santo Amaro</b>	2.426	628 (25,9%)
<b>Santo Antônio de Jesus</b>	2.040	743 (36,4%)
<b>São Félix</b>	663	152 (22,9%)
<b>São Felipe</b>	1.260	185 (14,7%)
<b>Sapeaçu</b>	1.169	214 (18,3%)
<b>Saubara</b>	859	142 (16,5%)
<b>Varzedo</b>	429	87 (20,3%)
<b>TOTAL NO TI:</b>	<b>21.220</b>	<b>5.463 (25,7%)</b>

Fonte: MUNIC 2018

Do total de servidores, 11.805 funcionários são estatutários, 210 celetistas, 2.527 comissionados e 6.276 sem vínculos permanentes; destaca – se que dentre os estatutários apenas 5.463 servidores possuem ensino superior, sendo os municípios de Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas e Santo Amaro os que mais possuem servidores com ensino superior, com respectivamente 743 (36%), 695 (32%) e 628 (26%) do quantitativo total.

É perceptível a baixa qualificação dos servidores municipais em todo território do recôncavo, sendo um fator que pode refletir na capacidade de gestão dos municípios e na qualidade da oferta dos serviços. Levando em consideração a baixa formação dos servidores, o que pode afetar a capacidade de atendimento das demandas da sociedade, investir na qualificação do servidor pode ser um caminho para melhorar a prestação do serviço público, bem como aumentar o potencial na captação de recursos para o município a partir da cooperação e parcerias com demais entes federativos (editais, projetos, entre outros) a fim de atender melhor às necessidades da população, tal como elaborar e implementar políticas, programas e ações que beneficiem o território.

Em relação ao perfil dos chefes do executivo municipal é notório a disparidade de gênero no topo do poder executivo. Em todo o território do Recôncavo, ao analisar a organização e sistematização dos municípios tendo como base a MUNIC, atenta – se ao fato de que não existem políticas de priorização de cargos para mulheres em nenhum dos municípios, o que fica evidentemente claro no fato de que apenas 03 dos municípios possuem mulheres como chefe do executivo, perfazendo um total de 16%, enquanto a predominância masculina nesse cargo reflete os outros 16 municípios (84%).

Destaca-se ainda o investimento de alguns municípios em portais da transparência como estratégia de estabelecer uma gestão mais democrática, fortalecendo o direito à cidadania e cumprindo o papel de divulgação dos dados e prestação de contas. Dessa forma, os municípios de Muritiba e São Félix ofertam os sítios com maior navegabilidade (menus de navegação simples, seções categorizadas e sinais de navegação) e informações acerca da estrutura organizacional, relatórios de gestão, dentre outras. Em contrapartida, vê-se que os demais municípios têm um portal mais denso e com oferta de serviços ao cidadão. Além disso, os municípios de Castro Alves, Cruz das Almas, Saubara e Varzedo utilizam layout federal com informações básicas acerca da alocação de recursos, programas, convênios e benefícios advindos do Governo Federal.

#### **4.3 DIMENSÃO LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO**

A Constituição Federal Brasileira (1988) estabelece que “o Estado Brasileiro tem o dever de realizar a fiscalização, o incentivo e o planejamento das atividades por determinação para o setor público e indicativo no setor privado”. São diversos os instrumentos de Planejamento e Legislação existentes para trazer mais robustez e coordenar o funcionamento da máquina pública, dentre eles estão o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e também o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01).

Com foco em contextualizar a dimensão e os mecanismos citados, tendo como base a Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/88), o Plano Plurianual (PPA) estabelece as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública nas três esferas com um período de vigência de quatro anos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que tem como perspectiva indicar as políticas públicas e quais serão as prioridades para o exercício seguinte, sendo esta revisada anualmente e, a Lei Orçamentária Anual (LOA) que possui como principais objetivos presumir a receita e fixar as despesas para o exercício financeiro.

O núcleo dessa dimensão é o Plano Diretor Municipal (PDM), mecanismo previsto na Lei nº 10.257/01 que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, sendo obrigatório para municípios com mais de 20.000 habitantes e que orienta a ocupação do solo municipal, considerando inclusive a preservação da natureza naquele território. Nesse plano, o território em discussão dá as seguintes perspectivas de análise:

**Quadro 4:** Existência de PDM nos municípios do TI Recôncavo

<b>PLANO DIRETOR NOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO DA BAHIA</b>	
<b>Município que possuem Plano Diretor</b>	Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas das Margaridas, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Saubara
<b>Municípios que possuem Plano Diretor em fase de elaboração</b>	Dom Macedo Costa, São Félix
<b>Municípios que não possuem Plano Diretor</b>	Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição do Almeida, Governador Mangabeira, Sapeaçu e Várzedo

Fonte: MUNIC (2018)

Um importante dado trazido pela MUNIC é a existência ou não do plano diretor nos municípios brasileiros. No TI Recôncavo verifica – se positivamente que apesar da não obrigatoriedade de elaboração os municípios de Muniz Ferreira, Salinas da Margarida e Saubara possuem o PDM desenvolvido e atualizado, assim como os municípios de Dom Macedo Costa e São Félix que estão com planos diretores em fase de elaboração, em contrapartida, dos 12 municípios que têm um plano construído, metade deles já deveriam ter realizado uma atualização dos planos, visto que o Estatuto das Cidades indica que estes devem ser revistos a cada 10 anos.

Portanto, no que tange os processos de legislação e planejamento é possível observar que mais da metade dos municípios que compõe o território do Recôncavo da Bahia possuem um plano diretor confeccionado para orientar e conduzir as ações do município, ainda que desatualizados ou em construção, conforme aponta a MUNIC 2018. Isto é importante, pois aponta para uma resposta do poder municipal a um imperativo institucional, ao passo que provoca reflexão e ação sobre as estratégias em gerir a cidade. Contudo há limitação, neste estudo, sobre as especificidades da execução do Plano.

#### **4.4 DIMENSÃO EDUCAÇÃO**

No Brasil, o direito a Educação é estabelecido pela CF/88 e guiada por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) onde se estabelece a divisão dos deveres para cada ente federativo; nessa partilha cabe aos municípios a responsabilidade pela educação básica, que compreende desde as creches e pré-escolas até o ensino fundamental.

Nessa lógica, a lei também estabelece que o Planos Municipais de Educação (PME) estejam alinhados com o Plano Estadual de Educação (PEE) e com o Plano

Nacional de Educação (PNE) a fim de assegurar que a educação seja de qualidade e para todos.

No Bahia, a face da gestão da educação municipal do TI Recôncavo tem o perfil predominantemente feminino, em sua maioria pardas e brancas, com formação em diversas áreas do conhecimento e pós graduação (mestrado e doutorado), a faixa etária desses gestores compreende de 30 a 64 anos. Observa-se a presença dos Planos Municipais de Educação em todos os municípios com revisão entre os anos de 2013 e 2015 e o perfil da educação é caracterizado da seguinte maneira:

**Tabela 3:** Panorama da Educação no TI Recôncavo (2018)

<b>Município</b>	<b>Taxa de escolarização 6 a 14 anos (%)</b>	<b>Nº matrículas no ensino fundamental (2018)</b>	<b>Nº escolas de ensino fundamental</b>	<b>IDEB (anos iniciais do ensino fundamental)</b>
<b>BAHIA</b>	<b>97,2</b>	<b>2.034.711</b>	<b>14.801</b>	<b>4,7</b>
<b>Cabaceiras do Paraguaçu</b>	98,8	2.900	27	3,8
<b>Cachoeira</b>	97,8	5.126	34	3,8
<b>Castro Alves</b>	95,9	3.780	26	4,4
<b>Conceição do Almeida</b>	95,6	1.822	22	4,3
<b>Cruz das Almas</b>	97,2	8.563	47	4,7
<b>Dom Macedo Costa</b>	99,3	630	05	3,3
<b>Governador Mangabeira</b>	95,6	3.225	25	4,7
<b>Maragogipe</b>	96,8	5.660	60	4,0
<b>Muniz Ferreira</b>	98,2	879	20	4,4
<b>Muritiba</b>	96,7	3.692	23	3,8
<b>Nazaré</b>	96,9	3.876	31	5,1
<b>Salinas da Margarida</b>	97,9	2.299	16	4,4
<b>Santo Amaro</b>	98,2	7.844	58	4,5
<b>Santo Antônio de Jesus</b>	97,4	14.080	77	4,8
<b>São Félix</b>	97,5	1.409	20	4,0



<b>São Felipe</b>	99,7	2.824	18	4,9
<b>Sapeaçu</b>	98,1	2.615	25	4,7
<b>Saubara</b>	98,4	1.737	15	4,2
<b>Varzedo</b>	97,9	1.258	13	4,3

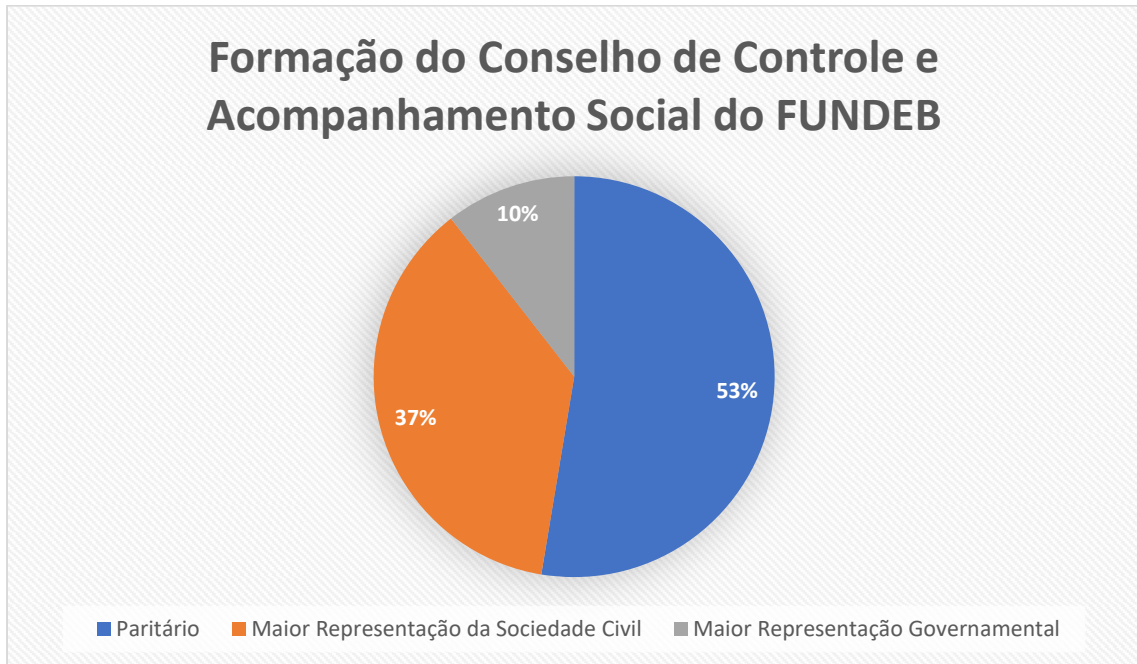
Fonte: IBGE Cidades

A taxa de escolarização do território do recôncavo tem uma média de 97,6%, sendo o destaque para as cidades de Dom Macedo Costa e São Felipe, onde quase toda a população entre 06 a 14 anos é alfabetizada; outro importante dado averiguado é o número de matrículas no ensino fundamental, que no ano de 2018 correspondeu a 74.219 alunos, representando aproximadamente 84% do total de municípios em idade escolar equivalente.

Vale ressaltar que os números satisfatórios das taxas de escolarização, matrículas e o IDEB apresentados podem ser derivados de uma maior participação da sociedade nas decisões da administração pública via conselhos municipais, que possibilitam maior interação entre as instituições, a sociedade civil e o poder público.

Os conselhos municipais são instituídos para a legitimação das ações governamentais e para que sejam atendidas as reais necessidades da população, assim como para que ocorra a construção e validação de processos de forma democrática.

Posto isso, ao analisar o TI Recôncavo é possível notar que todos os municípios possuem Conselho Municipal de Educação, sendo 74% paritários, 16% compostos majoritariamente pela sociedade civil e 11% formados em sua maioria pelo governo. Os Conselhos Municipais de Educação são criados desde 1996, sendo o mais antigo o conselho do município de Santo Amaro e o mais recente no município de Sapeaçu em 2014, apenas três dos dezenove conselhos possuem dotação orçamentária própria.

**Figura 4:** Conselhos de Controle e Acompanhamento Social FUNDEB (2018)

**Fonte:** MUNIC 2018

Para além do Conselho Municipal de Educação existem ainda o Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar e Conselho de Transporte Escolar.

Em análise a figura 09 é possível verificar que o Conselho de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB é composto da seguinte maneira: 10 paritários (53%), 07 com maior representação civil (37%) e 02 de maior representação governamental (10%). Por esse ângulo, fica claro que dentro do território, no que tange o quesito educação, as instâncias representativas são mais acessíveis - ou de maior interesse - da sociedade civil.

#### **4.5 DIMENSÃO CULTURA**

Território composto pelo multiculturalismo, o Recôncavo da Bahia foi o berço do samba de roda e local que por volta de 1860 teriam surgido as primeiras manifestações do gênero musical, recentemente reconhecido como obra prima do patrimônio oral e imaterial da humanidade pela Unesco (Santos, 2018). Segundo o Art. 215 da CF/88 o Estado é o mantenedor de todo o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, sendo responsável por apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Os Estados e Municípios organizam seus respectivos sistemas de cultura com leis próprias. Nessa lógica, seguindo a proposta de governança, buscou-se avaliar a disponibilidade, composição e fundos dos conselhos municipais de cultura do TI Recôncavo.

No TI Recôncavo existem municípios caracterizados pelo tombamento histórico realizado em partes da cidade ou nela por inteiro. A presença do IPHAN no território caracterizado pelas antigas arquiteturas erguidas desde o Brasil Colônia quando o TI Recôncavo era utilizado como principal engrenagem na produção da cana de açúcar revela para além da tentativa de preservação de um patrimônio físico, a manutenção de um patrimônio artístico-cultural.

Em face disso, ao averiguar a existência dos Planos Municipais de Cultura fica evidente um cenário bem difuso dentre os municípios: dos 19 que compõe o território, 07 municípios não possuem plano de cultura (Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição do Almeida, Governador Mangabeira, Muniz Ferreira, Salinas da Margarida, São Felipe e Sapeaçu), 07 municípios estão em fase de elaboração dos seus planos e dos 05 municípios que possuem o plano implantado, 02 destes (Nazaré, Santo Antônio de Jesus) não possuem o plano regulamentado por instrumentos legais como proposto pela Lei nº 12.343/10 a fim de garantir a transparência, o controle social dos processos de seleção e de prestação de contas de projetos incentivados com recursos públicos através do Sistema Nacional de Cultura.

Isso fica ainda mais difuso no processo de proteção ao patrimônio cultural, onde apenas os municípios de Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus possuem dispositivos na legislação municipal que resguardam o patrimônio dessas cidades.

O Perfil dos Gestores de Cultura do Recôncavo da Bahia são compostos de forma equitativa entre os gêneros, a faixa etária compreende de 35 a 65 anos, posto isso, observa-se a escolaridade desses gestores que é composta do ensino médio incompleto ao mestrado, sendo 02 com mestrados (11%), 05 com especialização (26%), 07 com ensino superior completo (37%), 04 com ensino médio completo (21%) e 01 com ensino médio incompleto (5%). A formação e composição dos conselhos de cultura no território estão caracterizadas da seguinte maneira:

**Quadro 5:** Conselhos municipais de cultura do TI Recôncavo

<b>CONSELHOS DE CULTURA NO TI RECÔNCAVO</b>	
<b>Municípios que possuem Conselho Municipal de Cultura</b>	Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas das Margaridas, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix, Saubara e Várzedo.
<b>Municípios que não possuem Conselho Municipal de Cultura</b>	Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição do Almeida, Governador Mangabeira, Maragogipe, São Felipe e Sapeaçu

Fonte: MUNIC 2018

Dentre os municípios que possuem o Conselho Municipal de Cultura é possível observar quanto a formação: 11 conselhos são paritários (89%) e 02 tem maior representação governamental (11%), destacando – se o município de Nazaré por ter o conselho mais antigo (fundado em 1968).

#### **4.6 DIMENSÃO SAÚDE**

No Brasil, a Lei nº 8.080/90 regula o funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS, um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. A CF/88 diz que “Saúde é um direito de todos e dever do Estado”, dessa forma o Estado deve prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

A saúde deve ser compreendida como qualidade de vida e não apenas como ausência de doenças. Isso deve ser garantido por políticas sociais e econômicas, reduzindo o risco de doenças e promovendo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. A gestão das ações e dos serviços deve ser participativa e municipalizada. (BRASIL, 2007)

As condições de saúde de uma população é um fator determinando que pode impulsionar ou frear o desenvolvimento de uma região. Cabe aos municípios e suas respectivas secretarias a incumbência de planejar, organizar, controlar, avaliar e executar ações e serviços de saúde em conjunto com os conselhos municipais e a esfera estadual para aprovar e implantar o plano municipal de saúde.

Em análise a dimensão saúde da MUNIC nota-se que em todos os municípios do TI Recôncavo há presença do Plano Municipal de Saúde com ano de elaboração entre 2013 – 2018, outrossim há participação das Secretarias Municipais de Saúde no colegiado de gestão regional.

Apesar das ações de saúde serem integras no TI Recôncavo, é possível notar que ações previstas na Política Nacional de Saúde Integral a População Negra não foram inclusas nos planos municipais de cinco cidades; e, apesar da inclusão dessas ações nos demais planos municipais, apenas o município de Saubara – que não possui ações vinculadas ao plano – dispõe de uma instância específica para conduzir, coordenar e monitorar as ações de saúde voltadas para a população negra, como dispõe o quadro a seguir:

**Quadro 6:** Ações da PNSIPN do TI Recôncavo

<b>AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL A POPULAÇÃO NEGRA NOS PLANOS MUNICIPAIS DE SAÚDE</b>	
<b>Integradas ao Plano Municipal de Saúde</b>	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Sapeaçu e Varzedo.
<b>Não Integradas ao Plano Municipal de Saúde</b>	Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix, São Felipe e Saubara.

Fonte: MUNIC 2018

Amparados no âmbito jurídico, fica definido que as cidades podem estabelecer parcerias com outros municípios para garantir o atendimento pleno de sua população e para procedimentos de complexidade que estejam acima daqueles que pode oferecer. Ao analisar esse contexto no território é possível perceber que os municípios se articulam em uma rede de apoio para ofertar o serviço à população:

**Quadro 7:** Referenciamento da saúde na Atenção Primária do TI Recôncavo (2018)

<b>Referenciamento da Atenção Primária a outros municípios no TI Recôncavo</b>	
<b>Municípios que fazem referenciamento para realização de exames</b>	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, São Felipe, Sapeaçu e Varzedo.
<b>Municípios que não fazem referenciamento para realização de exames</b>	Cruz das Almas, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix e Saubara

<b>Municípios que fazem referenciamento para internação de pacientes da APS</b>	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, São Felipe, Salinas da Margarida e Varzedo.
---	---

**Fonte:** MUNIC 2018

No TI Recôncavo, o referenciamento para realização de exames e internamentos em outros municípios são geridos de duas maneiras: realizados pelas equipes de saúde da família (ESF) que atendem os pacientes ou por algum setor específico dentro das secretarias, responsável por articular as vagas, como uma central de regulação.

Em análise aos estabelecimentos de saúde do SUS que compõe a região do Recôncavo, observa-se que há uma baixa cobertura, sendo 257 estabelecimentos de saúde entre atenção primária, média e alta complexidade para cobrir a população de todo o território (tabela 04). Para facilitar a gestão e operacionalização dos serviços esses estabelecimentos são divididos em duas microrregiões de saúde: Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, sendo estes, municípios-sede de bases regionais de saúde do Estado da Bahia.

Vale ressaltar, que o município de Santo Antônio de Jesus possui um hospital de ensino e pesquisa credenciados pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde, sendo a administração de responsabilidade da gestão municipal. Assim como, sedia o Consórcio Público Interfederativo de Saúde – RECONVALE, cujo objetivo permeia em ampliar a assistência de saúde no território dividindo os custos com os municípios que fazem parte do consórcio.

**Tabela 4:** Dados de mortalidade infantil e estabelecimentos de saúde do TI Recôncavo

<b>Município</b>	<b>Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)</b>	<b>Nº estabelecimentos de saúde do SUS</b>
<b>Cabaceiras do Paraguaçu</b>	12,0	12
<b>Cachoeira</b>	22,73	24
<b>Castro Alves</b>	19,77	13
<b>Conceição do Almeida</b>	13,07	14
<b>Cruz das Almas</b>	10,68	24

<b>Dom Macedo Costa</b>	-	03
<b>Governador Mangabeira</b>	16,60	09
<b>Maragogipe</b>	11,14	12
<b>Muniz Ferreira</b>	-	03
<b>Muritiba</b>	14,12	14
<b>Nazaré</b>	9,23	15
<b>Salinas da Margarida</b>	18,87	05
<b>Santo Amaro</b>	17,86	25
<b>Santo Antônio de Jesus</b>	11,32	47
<b>São Félix</b>	12,12	10
<b>São Felipe</b>	14,08	06
<b>Sapeaçu</b>	16,06	11
<b>Saubara</b>	9,35	05
<b>Varzedo</b>	15,75	05

Fonte: IBGE Cidades (2009; 2017)

Outro aspecto percebido no território é a mortalidade infantil, que compreende ao número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico. Segundo o DATASUS, a mortalidade infantil é calculada através da soma dos óbitos ocorridos nos períodos neonatal precoce (0-6 dias de vida), neonatal tardio (7-27 dias) e pós-neonatal (28 dias e mais). Considerando esses fatores, observa-se que a taxa de mortalidade infantil no TI Recôncavo varia de baixa a média<sup>5</sup>, fator que pode ser associado pela deficiência na assistência à saúde ou ainda por ausência de acompanhamento médico, falta de instruções às gestantes, entre outros.

Por fim, acerca da participação da sociedade civil nos processos de gestão, cada município conta com um conselho e conferência municipal de saúde que caracterizam – se como instâncias participativas e de controle social das políticas e planos de saúde, em análise percebe-se que todos os municípios possuem Conselho Municipal de Saúde, sendo 17 paritários (89%) e 02 compostos majoritariamente pela sociedade civil (11%); o ano de criação dos conselhos tem uma variabilidade entre

<sup>5</sup> As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em altas (50 ou mais), médias (20-49) e baixas (menos de 20), em função da proximidade ou distância de valores já alcançados em sociedades mais desenvolvidas. Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico (DATASUS).

1991 e 2017. Concomitantemente, as Conferências Municipais de Saúde ocorrem em todos os municípios, sendo unanimemente realizadas pela última vez em 2017.

#### **4.7 DIMENSÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O modelo instituído de Assistência Social no Brasil é amparado pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS e têm por objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e à reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e às pessoas com deficiência (BRASIL, 2015).

A partir da LOAS e do SUAS fica estabelecimento a organização da assistência social por meio de um sistema descentralizado e participativo o qual é integrado pelos entes federativos, conselhos de assistência social e as entidades e organizações de assistência social (BRASIL, 2015).

A cooperação técnica entre os três entes federativos para operar e organizar as ações da assistência social é fundamental, nesse sentido, cabe aos municípios garantir o funcionamento da rede socioassistencial, de forma integrada, ofertando os serviços de proteção básica e especial.

No Recôncavo da Bahia a gestão das secretarias da assistência social é caracterizada por um perfil de predominância feminina com a variabilidade de idade percorrendo entre 31 e 72 anos, com nível de escolaridade que perpassa de ensino médio até a especialização. Assim como as de educação.

Nesse interim, buscou-se averiguar a presença ou não dos planos municipais de assistência, importante instrumento guia das ações a serem desenvolvidas pelos municípios, direcionando-se ao seguinte resultado: dentre as dezenove cidades que agregam o território apenas treze municípios (68%) possuem o plano municipal de assistência social aprovados e vigente entre 2014 – 2017; e, apesar de não possuírem os planos aprovados todos os municípios realizam o cadastramento único para Programas Sociais do Governo Federal, sendo a maior parte deles realizados através da própria Secretaria.

Nessa conjuntura, ao analisar os Conselhos Municipais da Assistência Social do território, responsáveis por deliberar e fiscalizar a execução da Política de Assistência Social, tal como apreciar e aprovar a proposta orçamentária, dentre outros, constata-se que em 18 cidades essas representações tem sua composição



de forma paritária (95%) e apenas 01 dos municípios possui maior representação da sociedade civil (5%).

Vale ressaltar, que no território cada município possui um Fundo Municipal da Assistência Social que em sua maioria possui características descentralizadas, sendo vinculados a própria Secretaria Municipal, exceto nos municípios de Cruz das Almas e Sapeaçu que estão vinculadas ao gabinete o prefeito, como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 8:** Fundos municipais de Assistência Social no TI Recôncavo (2018)

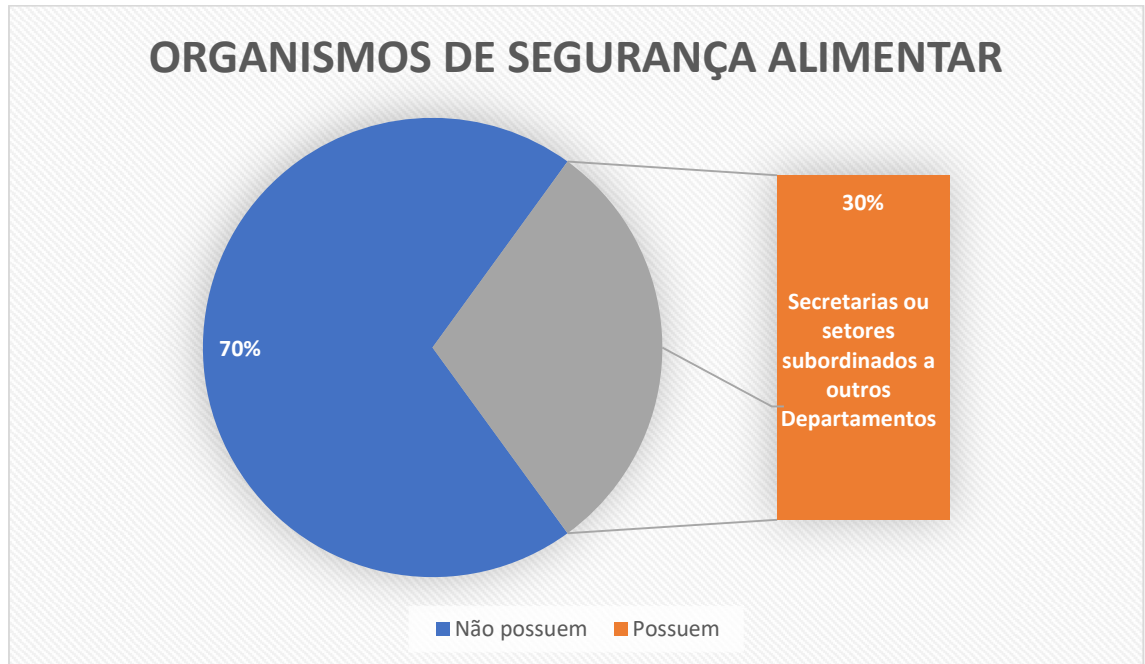
<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	
<b>Integradas Secretaria Municipal de Assistência Social</b>	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix, São Felipe e Saubara e Varzedo.
<b>Integradas ao Gabinete do Prefeito</b>	Sapeaçu, Cruz das Almas.

Fonte: MUNIC 2018

#### **4.8 DIMENSÃO SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN no Brasil foi instituída pela Lei 11.346 de 2006, e faz-se entender como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável” (BRASIL).

Nessa dimensão será analisado a segurança alimentar e nutricional no TI Recôncavo com foco nas atividades desenvolvidas, órgão gestor, orçamento e conselhos municipais, caracterizando-se, portanto, da seguinte maneira:

**Figura 5:** Organismos de Gestão da Segurança Alimentar no TI Recôncavo (2018)

**Fonte:** MUNIC 2018

Quando pensamos em segurança alimentar ponderasse a necessidade de planejamento das ações que possam gerar dignidade e autonomia aos sujeitos em suas escolhas alimentares e a criação de prerrogativas legais que embasem e amparem a presença de uma política pública que tem impactos diretos na qualidade de vida do indivíduo e da sociedade como todo (FREITAS e PENA, 2007).

Em análise ao cenário da segurança alimentar e nutricional nos municípios do Recôncavo é possível perceber um contexto bem limitado de segurança alimentar; salienta-se a importância da dimensão em análise tendo em vista as vulnerabilidades apresentadas dentro do território e trazendo como perspectiva que 14 municípios não possuem secretarias ou órgãos subordinados que regulem e direcionem os planos, programas e ações (70%); e os 05 municípios que originaram alguma secretaria ou órgão regulador (30%) unificam-se com os demais quando avaliado que nenhum dos municípios que integram o território possuem planos municipais de segurança alimentar elaborados.

Nessa sequência, outro ponto apreciado é a presença e formação dos conselhos municipais de segurança alimentar nos municípios que segue o arquétipo do cenário da segurança alimentar vigente no TI Recôncavo, conforme dados da MUNIC (2018) apenas dois municípios possuem conselhos municipais formados e ativos, sendo o conselho da cidade de Cruz das Almas formado de forma paritária e o

do município de Santo Amaro constituído de maior representação da sociedade civil. Atenta-se ao fato de a maioria dos municípios possuem orçamentos previstos para o financiamento da política.

É importante reiterar que apesar da falta de planos e conselhos municipais os municípios realizam atividades relacionadas a educação alimentar e nutricional (quadro 05) e são responsáveis por realizar a manutenção das feiras livres que ocorrem na maior parte dos casos com recursos exclusivamente advindo do próprio município.

**Quadro 9:** Educação Alimentar e Nutricional no TI Recôncavo (2018)

<b>EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b>	
<b>Desenvolvem atividades</b>	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Conceição do Almeida, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Félix, São Felipe, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.
<b>Não desenvolvem atividades</b>	Castro Alves, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus

Fonte: MUNIC 2018

#### **4.9 DIMENSÃO TRABALHO E INCLUSÃO PRODUTIVA**

A inclusão produtiva é uma estratégia fundamental para que a população possa ter condições de assumir efetivamente a plena cidadania, com direito a adequadas condições de vida e saúde (BRASIL, 2014).

No que tange a dimensão trabalho e inclusão produtiva, nota-se que as três esferas de governo – União, Estados e Municípios – desenvolvem ampla e variada gama de políticas para a promoção da inserção qualificada no mundo do trabalho dos segmentos mais vulneráveis da população (IBGE, 2015) e que os projetos de inclusão produtiva não são de natureza “pura”, ou seja, eles são naturalmente intersetoriais. (CASTRO et al, 2010)

Mediante esse contexto é enxergado a necessidade de averiguar os esforços e iniciativas realizados pelos municípios do recôncavo baiano em integrar a ações, programas ou projetos de inclusão produtiva dentro do contexto de atuação municipal, como ponto de partida analisaremos a presença ou não de estudos setoriais e processos de inclusão produtiva, inclusão produtiva rural, intermediação de mão de obra, qualificação profissional e outras medidas que podem ser implementadas a nível municipal.

Evidencia-se a importância dessa dimensão considerando o fato do Recôncavo ser um território marcado pela vulnerabilidade e pobreza, trazendo ainda traços de baixa renda média e exclusão do mercado formal de trabalho, como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 10:** Estudos acerca da inclusão produtiva e iniciativas de geração de trabalho, renda e qualificação de mão de obra no TI Recôncavo (2018)

<b>Municípios</b>	<b>Qualificação Profissional e Intermediação de Mão de Obra</b>	<b>Inclusão Produtiva Rural</b>	<b>Programa de Geração de Trabalho e Renda</b>	<b>Projeto de Crédito, Microcrédito ou Seguros</b>	<b>População ocupada 2018 (%)</b>
<b>Cabaceiras do Paraguaçu</b>	Não	Sim	Sim	Sim	6,1%
<b>Cachoeira</b>	Sim	Não	Sim	Sim	11,5%
<b>Castro Alves</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	12,1%
<b>Conceição do Almeida</b>	Sim	Sim	Sim	Não	11,1%
<b>Cruz das Almas</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	20,9%
<b>Dom Macedo Costa</b>	Sim	Sim	Sim	Não	8,1%
<b>Governador Mangabeira</b>	Não	Não	Não sabe	Sim	14,2%
<b>Maragogipe</b>	Não	Sim	Sim	Sim	4,5%
<b>Muniz Ferreira</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	6,7%
<b>Muritiba</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	8,6%
<b>Nazaré</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	9,6%
<b>Salinas da Margarida</b>	Sim	Não	Sim	Não	7,3%
<b>Santo Amaro</b>	Sim	Não sabe	Sim	Sim	9,6%

<b>Santo Antônio de Jesus</b>	Sim	Sim	Não	Não	24,1%
<b>São Félix</b>	Não	Não	Não	Não	14,4%
<b>São Felipe</b>	Sim	Sim	Sim	Não	9,0%
<b>Sapeaçu</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	8,7%
<b>Saubara</b>	Sim	Não	Sim	Sim	9,6%
<b>Varzedo</b>	Não	Sim	Não	Sim	6,3%

Fonte: MUNIC (2018), IBGE Cidades.

Os estudos acerca da inclusão produtiva território do recôncavo são muito baixos, apenas 02 dos municípios (16%) afirmaram desenvolver algum estudo para entender a dinâmica de inclusão produtiva, estes, realizados no ano de 2017, o que demonstra ser uma iniciativa recente. Em contrapartida outras 14 cidades não realizaram estudos (74%) e 03 não souberam informar se há algum mapeamento ou caracterização elaborado (10%), o que implica diretamente na capacidade de compreensão e tomada de decisões que abrangem a real necessidade de cada município.

Embora não haja empenho na realização de estudos que possam desenhar o cenário produtivo em boa parte dos municípios, o contexto de práticas de inclusão produtivas para a geração de renda no TI Recôncavo é totalmente inverso, nessa lógica 14 municípios (74%) que integram o território operacionalizam alguma ação, programa ou projeto que proporcione a inserção de seus munícipes no mercado de trabalho (quadro 09).

A partir desse ponto espelha-se a necessidade de observar a extensão geográfica do território, desenhada por vasta caracterização rural; nesse aspecto, reitera-se que a região do recôncavo é responsável por 4.570 km<sup>2</sup> de toda a área do Estado da Bahia (SEI, 2016) e possui um razoável investimento em inclusão produtiva rural, cerca de 13 municípios (68%) efetuam algum tipo de movimentação que articule a inclusão produtiva rural no território.

É importante salientar e perceber que no diagnóstico desses processos encontram-se mecanismos que podem impactar no interesse da manutenção desses investimentos, dado que são realizadas ações de assistência técnica e extensão rural, tal como fomento a atividades produtivas. Do mesmo modo, a presença de instituições motrizes como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e o

Centro Público de Economia Solidária – CESOL no território podem implicar no desenvolvimento agropecuário e que elevem a necessidade desses investimentos.

Concomitantemente, o mercado de trabalho está cada vez mais exigente e concorrido, dessa maneira, quanto mais qualificado for o profissional, maiores serão as chances de ingressar no mercado e estar em pleno desempenho de suas atividades. Sob a luz dessa óptica é avaliado o panorama das atividades de qualificação profissional e de realização da intermediação de mão de obra de maneira articulada no território.

Nesse sentido, no TI Recôncavo é presumível maiores investimentos no setor de qualificação e intermediação de mão de obra, tendo como premissa o fato de que apesar de haver no território fábricas e empresas de diversos seguimentos, essas não conseguem absorver toda a demanda populacional dos municípios. É acreditável que as 14 cidades (74%) que desempenhem o papel de fomentar essas atividades trabalhem de forma articulada com os 05 municípios (26%) que não realizam nenhum processo de qualificação ou intermediação da mão de obra, afim de garantir o acesso de toda a população do território aos postos de trabalho, perpassando pelo fato de que são municípios circunvizinhos de grande proximidade e fácil deslocamento.

Nessa sequência, são diversos os incentivos a abertura de micro e pequenas empresas atualmente no Brasil, nota-se que esses empreendimentos funcionam como engrenagens da economia brasileira e são responsáveis por uma boa fatia de tudo o que é produzido e comercializado, por esse ângulo, na região Nordeste os pequenos negócios já representam cerca de 18% de toda produção e participação do comércio brasileiro.

Nessa perspectiva, ao analisar as ações de crédito, microcrédito e seguro no TI Recôncavo temos um cenário desafiador, considerando que apenas 13 municípios (68%) referem realizar alguma iniciativa que conceda crédito, microcrédito ou seguro.

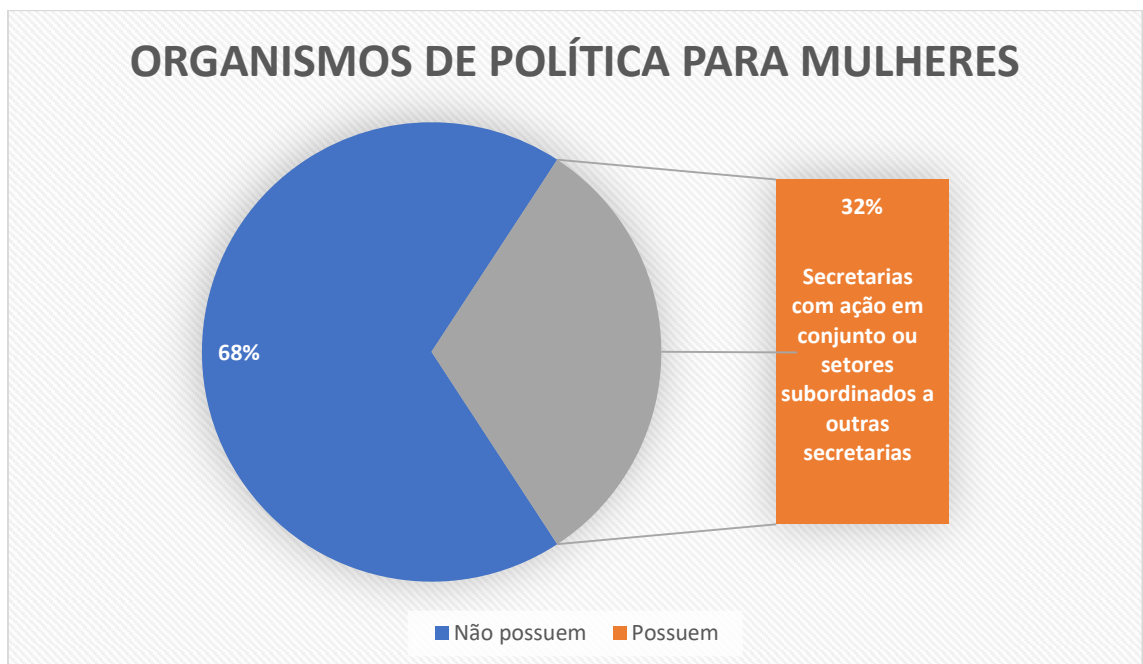
Diante disso fica evidente que apesar de todo o processo de inclusão produtiva e as diversas iniciativas que vêm se tomando para garantir que o trabalhador possa estar em atividade plena e que os municípios e o território se desenvolvam com a rapidez e robustez necessárias, os processos podem não surtir o efeito desejado, e isso pode ser derivado da falta de conhecimento da estrutura e de possíveis arranjos territoriais e potencialidades que possam existir e não estarem sendo otimizados da maneira necessária, tal como, ações ou programas que podem ter financiamento e políticas mal aplicadas devido à falta de levantamento diagnóstico da situação do município e/ou do território.

#### 4.10 DIMENSÃO POLÍTICA PARA MULHERES

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. A partir dessa prerrogativa, em 2003 é instituída a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres – SPSN, que nasce com intuito de promover a igualdade entre homens e mulheres, combatendo todas as formas de preconceito e discriminação.

Face a isso, além de uma crescente mobilização por parte da sociedade civil em busca de igualdade, a SPSN vem lutando para a construção de um Brasil mais justo e democrático, por meio da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País (BRASIL), possibilitando a inclusão e discussão das questões de gênero no rol dos três entes federativos. No TI Recôncavo a Política para Mulheres fica disposta da seguinte maneira:

**Figura 6:** Organismos de Gestão da Política para Mulheres no TI Recôncavo (2018)



**Fonte:** MUNIC 2018

Apenas os municípios de Cachoeira, Cruz das Almas, Maragogipe, Muritiba, Santo Amaro e Saubara (32%) possuem algum organismo que regula e constrói ações de política para mulheres, destes, apenas dois são instituídas como secretarias que

articulam em conjunto com outras repartições, os demais são setores subordinados a outro departamento. Vale salientar que nenhum dos municípios possuem plano de política para mulheres elaborado.

Destaca – se que o perfil dos gestores de Política para Mulheres é caracterizado por predominância do gênero feminino, de etnia negra, com faixa etária entre 29 – 60 anos e escolaridade que compreende do ensino superior completo até a especialização.

Em consonância ao panorama de pouca presença de política para mulheres no contexto do território é evidente a baixa instituição de conselhos municipais, reconhecidos como importante instrumentos de participação da sociedade civil. Fixa-se então a presença de Conselho Municipal de Diretos da Mulher somente nos municípios de Castro Alves, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus.

#### **4.11 DIMENSÃO ENFRENTAMENTO AO SUB REGISTRO**

O registro civil é um direito humano e fundamental para o exercício do ato de cidadania. Historicamente o Brasil enfrenta graves problemas com questões de registro, com isso, em 2007 o Governo Brasileiro assumiu o compromisso nacional pela erradicação do sub registro civil de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica, por meio do Decreto nº 6.289/2007.

O decreto viabilizou o acesso ao registro civil de nascimento que é uma porta fundamental para o alcance de serviços nas áreas da educação, saúde e assistência social, constituindo uma importante etapa para o exercício da cidadania no país (BRASIL).

O Plano Municipal da Primeira Infância é um instrumento político e técnico, construído em um processo democrático e participativo, com participação das diferentes secretarias e órgãos públicos da administração municipal, poder legislativo, judiciário e sociedade civil (RNPI, 2007). Com isso, ao analisar a presença do Plano Municipal de Proteção a Primeira Infância no TI Recôncavo, observa-se que apenas cinco dos dezenove municípios realizaram a elaboração do plano, conforme quadro abaixo:

**Quadro 11:** Plano Municipal de Proteção a Primeira Infância no TI Recôncavo (2018)

<b>PLANO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO A PRIMEIRA INFÂNCIA</b>	
<b>Município possui plano elaborado</b>	Cachoeira, Governador Mangabeira, Muniz Ferreira, Muritiba e Saubara



<b>Município não possui plano elaborado</b>	Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Maragogipe, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix, São Felipe, Sapeaçu e Varzedo.
---	---

**Fonte:** MUNIC 2018

Sincronicamente, outro importante aliado ao enfrentamento do sub registro é o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, reconhecido por ser um órgão composto por membros da sociedade civil e do Poder Executivo Municipal, que tem como finalidade deliberar, formular e controlar as políticas públicas voltadas para atendimento à criança e ao adolescente. Garantindo assim o direito à vida, a saúde, a liberdade, ao respeito, a dignidade, a proteção no trabalho, dentre outros.

No TI Recôncavo, os CMDCA dos municípios foram fundados entre os anos de 1991 – 2015, a composição é paritária em todas as cidades em análise. Visto isso, outro relevante dado a ser analisado é o empenho das gestões municipais em desenvolver políticas, programas, planos ou ações de enfrentamento ao sub registro e a emissão de documentação básica dentro do seu território de atuação. De acordo com os dados da MUNIC (2018), verifica-se que 10 municípios não desenvolvem nenhuma atividade relacionada para combater essa questão, o que representa mais da metade dos municípios (53%) presentes no território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial desse estudo foi analisar a governança pública nos municípios do interior da Bahia, especificamente no Território do Recôncavo, com base nos aspectos socioeconômicos e culturais dos municípios, da análise dos planos e conselhos municipais e articulações territoriais a partir das dimensões da MUNIC 2018.

Os principais resultados obtidos com essa pesquisa seguem a partir da Constituição Federal de 1988, com a ampliação das responsabilidades dos municípios. Nessa lógica, o Território do Recôncavo da Bahia atualmente é caracterizado por cidades de pequeno e médio porte; IDHM médio na maior parte do território; com índices e taxa de escolarização do ensino fundamental altos; sendo possível identificar alguns princípios da boa governança nos municípios.

Em relação aos princípios da boa governança foi possível notar a presença de portais da transparência em todos os municípios do recôncavo, dentre estes, alguns ofertam maior facilidade para navegar entre os menus e obter informações acerca do município como no caso de Muritiba e São Félix; os demais, possuem um maior nível de complexidade no acesso aos portais de transparência e os sítios possuem hospedagem em plataforma própria ou vinculadas à União. Além disso, foi possível observar a participação da sociedade na gestão municipal via conselhos, estes, constituídos majoritariamente de maneira paritária ou de maior representação da sociedade civil.

Outro fator positivo é a presença de plano diretor municipal, mesmo em municípios que não são obrigados, suscitando o interesse em alinhar as expectativas da sociedade e da gestão municipal; assim como, a descentralização dos fundos municipais, que propiciam a alocação de recursos em comum acordo.

Os aspectos negativos identificáveis são a não existência de oferta de serviços, nem mecanismos de cooperação entre os entre federativos que garantam a assistência a imigrantes e/ou refugiados no TI Recôncavo. Além do déficit na proteção ao patrimônio cultural no território.

Há articulação em rede com outras cidades, especialmente na área da saúde, como forma de promover o acesso a serviços não ofertados no município de origem, como o caso dos encaminhamentos realizados pela Atenção Primária à Saúde e do pacto via Consórcio Interfederativo RECONVALE. É acreditável que haja também

articulação para a absorção da mão de obra local, em função da presença de indústrias em alguns municípios.

Em contrapartida, apesar do território possuir um elevado número de mulheres não há políticas específicas que garantam a equidade nas relações de trabalho; há concentração de renda em parte da população; e, apesar da proximidade territorial favorecer o processo de articulação entre os municípios para o fortalecimento e/ou promoção de ações e políticas intersetoriais em conjunto, estes são observados somente no âmbito da saúde e do trabalho.

De forma geral, percebe-se uma ausência de políticas públicas que sejam capazes de garantir a participação dos cidadãos de forma mais efetiva e há pouco investimento na qualificação dos servidores públicos gerando impacto diretamente na capacidade de gestão destes municípios.

Vale ressaltar que esta pesquisa apresenta limitações dado aos fins e ao método de coleta e análise dos dados, pondera-se ainda, que o objetivo do estudo não era realizar o aprofundamento em cada uma das dimensões apresentadas, mas sim realizar uma análise geral do território. Novas pesquisas, mais qualitativas e locais, são interessantes para observar especificidades e fenômenos municipais.

Em suma, o tema governança no Recôncavo da Bahia, ainda carece de debates e requer esforços dos municípios para integrar mais ações, programas e/ou projetos alinhados com as necessidades da sociedade civil a fim de estabelecer uma melhoria nos serviços ofertados no território. Simultaneamente, enxerga-se a participação dos conselhos municipais, o que revela um possível potencial a ser explorado para o desenvolvimento de ações em conjunto que possibilitem realizações de novas propostas e execução das políticas.

Sugere-se que estudos futuros possam aprofundar a temática governança nos municípios estudados efetuando uma análise a partir dos índices de governança municipal e de eficiência municipal a fim de aprofundar as dimensões estudadas e fomentar o desenvolvimento do território.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, É. A. F. Gestão social e governança pública: aproximações e (de)limitações teórico-conceituais. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v.17, p.11-29, 2015. Edição especial
- ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho. Brasília: ENAP, 2002.
- Aristóteles. (2002). *Ética a Nicômaco* (5a ed.). São Paulo, SP: Martin Claret.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente. *Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar*. Salvador: SEPLAN; SEMA, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Consórcios de Saúde da Bahia**. Disponível em: <<http://www.saude.ba.gov.br/atencao-a-saude/consorcios/>>. Acesso em 27 set 2020
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome*, v.5: Inclusão produtiva -- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria / Tribunal de Contas da União*. – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. 96 p.
- \_\_\_\_\_. *Guia da política de governança pública / Casa Civil da Presidência da República* – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018
- \_\_\_\_\_. **Cartilha do SUS, 2007**. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2013/agosto/28/cartilha-entendendo-o-sus-2007.pdf>> Acesso em 04 outubro 2020
- \_\_\_\_\_. **Secretaria Nacional de Política para Mulheres (SNPM)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/politica-para-mulheres>> Acesso em: 06 outubro 2020
- \_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 27, n. 94, p. 370-395, Set. 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302020000300370&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302020000300370&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 27 outubro 2020.
- CASTRO *et al.* Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis: uma análise exploratória. Brasília: IPEA, 2010
- CAVALCANTE, P; PIRES, R. **Governança Pública: construção de capacidades para a efetividade da ação governamental**. Brasília: Ipea, 2018. (Nota Técnica, n. 24).
- DATASUS. Ministério da Saúde. *Dados epidemiológicos e morbidades 2020*. Disponível em: < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

DE ANDRADE, George Albin Rodrigues; DE ANDRADE, Alexandre Rodrigues. Governança Corporativa–Estudos de Escândalos Corporativos no Brasil e no Mundo. I Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT’2005. 2012. Disponível em: <[https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/251\\_Governanca%20Corporativa.pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/251_Governanca%20Corporativa.pdf)>. Acesso em 20 nov. 2020

DIAS, Taísa; CARIO, Sílvio A. F. Governança Pública: ensaiando uma concepção. Rev. Contabilidade, Gestão e Governança – Brasília, v. 17, n. 3, p. 89-108 set./dez. 2014. Disponível em <<https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/621>> Acesso em: 04/09/2020

FERREIRA, M. A. Governança Corporativa e Governança Pública: intermediação de interesses e a escolha pública. In: \_\_\_\_\_. **Gestão Pública e Governança**. 1. ed. Salvador: Kawo-Kabiyesile, 2018. cap. 07, p. 98-109.

FILGUEIRAS, Fernando. Revista de Administração Pública (RAP). Rio de Janeiro 52(1):71-88, jan. - fev. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612161430>

FREITAS, G. A.; SILVA, E. M.; OLIVEIRA, M. C.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M. Governança corporativa e desempenho dos bancos listados na B3 em ambiente de crise econômica. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 21, n. 1, p. 100-119, jan./abr. 2018.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. Rev. Nutr., Campinas, v. 20, n. 1, p. 69-81, Fevereiro/2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732007000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732007000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 setembro 2020.

Fundação Getúlio Vargas – FGV. Diretoria de Análise de Políticas Públicas: O perfil do funcionalismo público. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <<http://dapp.fgv.br/o-perfil-do-funcionalismo/>> Acesso em: 20 nov. 2020

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Censo demográfico 2010*. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd\\_2010\\_caracteristicas\\_populacao\\_domicilios.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2020

\_\_\_\_\_. *Cidades e Estados do Brasil*. Pesquisa de Informações Básicas. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

\_\_\_\_\_. *Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: inclusão produtiva: 2014 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais*. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

\_\_\_\_\_. MUNIC 2018. Base de Dados completa do perfil dos municípios brasileiros: 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 02/06/2020

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBCG. Código das melhores práticas de governança corporativa. 5. ed. São Paulo: IBCG, 2015.

KISSELER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 479-499, maio/jun. 2006.

MATIAS-PEREIRA, José (2010). *Governança no setor público*. São Paulo: Atlas.

MUNARETTO, Lorimar & Corrêa, Hamilton & Carneiro da Cunha, Julio. (2013). Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. *Revista de Administração da UFSM*. 6. 10.5902/198346596243.

OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J. iGovP: índice de avaliação da governança pública – instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 5, p. 1263-1290, set./out. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n5/0034-7612-rap-49-05-01263.pdf>>. Acesso em 05/10/2020

PNPI, **REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA**. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/pmpi/>> Acesso em 02 outubro 2020

RIBEIRO, Patrícia Tavares; TANAKA, Oswaldo Yoshimi; DENIS, Jean-Louis. Governança regional no Sistema Único de Saúde: um ensaio conceitual. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1075-1084, Abril 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232017002401075&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002401075&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 outubro 2020

SANTOS, Rodolfo R.; ROVER, Suliani. *Revista de Administração Pública (RAP)*. Rio de Janeiro 53(4):732-752, jul. - ago. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180084>

SILVA, Érica A. F., ALCÂNTARA, V. de C., & PEREIRA, J. R. (2016). Governança e Esfera Pública Sobre Resíduos Sólidos Urbanos no Âmbito Municipal. *Administração Pública E Gestão Social*, 1(3), 137-146. Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4893>

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia do século do XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Perfil dos Territórios de Identidade*. Salvador: SEI, 2016. 3v. p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais*. Salvador: SEI, 2014.

TEIXEIRA, A. F; GOMES, R. C. Governança Pública: uma revisão conceitual. *Rev. Serv. Público Brasília* 70 (4) 519-550 out/dez 2019